

Relato de Experiência

Educação inclusiva no ensino superior: relato de experiência de projeto de extensão Ledor Amigo no ensino remoto

Inclusive education in higher education: experience report of the Ledor Amigo extension project in remote education

Educación inclusiva en educación superior: informe de experiencia del proyecto de extensión Ledor Amigo en educación remota

Luciana Silva Torres Matsushita¹, Carlos Henrique da Silva Oliveira¹,
Cládice Nobile Diniz¹, Diógenes Pinheiro¹

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este trabalho consiste no relato de experiência do projeto de extensão Ledor Amigo desenvolvido em uma universidade pública federal, durante a quarentena pela pandemia da COVID-19. O projeto concebido em 2018 foi adaptado, passando a atuar nas três dimensões: capacitação do estudante, atenção ao aluno com deficiência visual e divulgação de conteúdos sobre educação inclusiva e resultados conquistados no projeto. Fundamentou-se na pesquisa-intervenção que melhor se adequa aos critérios de classificação de projetos como extensão, também colaborando para a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Contou com a participação de dez estudantes, sendo nove bolsistas e um voluntário que tinham origem em diversos cursos de graduação. Existe ainda longo percurso para que a educação inclusiva seja uma realidade, no entanto, no período remoto algumas competências ficaram fortalecidas a partir do uso de tecnologias educacionais e digitais acessíveis.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Deficiência visual; COVID-19

ABSTRACT

This work consists of an experience report of the Ledor Amigo extension project developed at a federal public university during the quarantine by the COVID-19 pandemic. The project conceived in 2018 was adapted, starting to act in the three dimensions: student training, attention to students with visual impairment, and dissemination of content on inclusive education, and results achieved in the project.

It was based on the intervention research that best fits the criteria of classification of projects as an extension, also contributing to the relationship between teaching, research, and extension. It had the participation of ten students, nine scholarship holders, and one volunteer who originated in several undergraduate courses. There is still a long way for inclusive education to be a reality, however, in the remote period, some skills have been strengthened through the use of accessible educational and digital technologies.

Keywords: Inclusive education; Visual impairment; COVID-19

RESUMÉN

Este trabajo consiste en el informe de experiencia del proyecto de extensión Ledor Amigo desarrollado en una universidad pública federal durante la cuarentena por la pandemia del COVID-19. El proyecto concebido en 2018 se adaptó, comenzando a actuar en las tres dimensiones: formación del alumnado, atención al alumnado con discapacidad visual y difusión de contenidos sobre educación inclusiva y resultados conseguidos en el proyecto. Se basó en la investigación de intervención que mejor se ajusta a los criterios de clasificación de proyectos como extensión, contribuyendo también a la relación entre docencia, investigación y extensión. Contó con la participación de diez estudiantes, nueve becarios y un voluntario que se originó en varios cursos de pregrado. Todavía hay un largo camino para que la educación inclusiva sea una realidad, sin embargo, en el período remoto algunas habilidades se han fortalecido a partir del uso de tecnologías educativas y digitales accesibles.

Palabra-clave: Educación inclusiva; Discapacidad visual; COVID-19

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o relato da experiência do projeto de extensão Ledor Amigo – PLÁ, no período de ensino remoto da quarentena na pandemia da COVID-19.

O Projeto de Extensão Ledor Amigo teve início em 2018 em virtude de uma nova demanda que surgiu com o aumento do número de ingressos de estudantes com deficiência a partir das novas diretrizes para a oferta de cotas de inclusão da PCD no ensino superior, com a promulgação da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016), que alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e das Instituições Federais de Ensino Superior.

O projeto surgiu através da solicitação de parte de alunos cegos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) para que houvesse a oferta do serviço de ledores, facilitando-lhes os estudos no Ensino Superior.

Seu objetivo geral era o de contribuir para reduzir as barreiras informacionais, pedagógicas e atitudinais que possam apresentar-se como limitações ao processo de ensino-aprendizagem do estudante na universidade e o desenvolvimento educacional de estudantes com deficiência visual.

A tecnologia assistiva garante parte do acesso à informação, desde que os textos estejam adaptados para a leitura por meio dos programas leitores de tela. No entanto, a inclusão da PCD demanda a desconstrução de uma série de barreiras descritas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que envolve também o comportamento dirigido ao acolhimento e à inclusão social.

Neste sentido, o Projeto de Extensão Ledor Amigo preparou e ofereceu leitores para os estudantes não videntes e com visão subnormal que necessitem do auxílio de outra pessoa para a leitura e compreensão de textos. Além disso, o aluno leitor também colaborou para o processo de acolhimento da PCD no ambiente universitário.

O projeto teve caráter extensionista, sendo aberto à atuação voluntária de pessoas da comunidade externa, como leitoras e como ouvintes das rodas de conversas e debates sobre inclusão das PCD. Além disso, a equipe do projeto realizou uma visita às PCD que residem na Associação Brasileira de Cegos, no intuito de levar mantimentos e a livre escuta, compreender o contexto da instituição e das pessoas que ela abriga, no intuito de desenvolver futuras ações.

Em 2020, a equipe agregou mais estudantes bolsistas e voluntários, iniciando revigorado os seus trabalhos. Porém, com a pandemia da COVID-19 e o consequente ensino remoto, o projeto foi modificado para os novos mecanismos de atuação disponíveis.

Essa adaptação buscou a inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, a partir da abordagem em três dimensões, proposta pela coordenadora: a da capacitação do próprio leitor; a da atenção ao estudante com deficiência; e a da divulgação de conteúdo, metas e produtos realizados sobre inclusão da pessoa com deficiência.

As atividades buscaram a participação consciente dos estudantes ledores no processo de inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior, com debates sobre questões relativas ao capacitismo e à inclusão nas diversas profissões, no mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2016), a deficiência é uma condição biopsicossocial que pode ser identificada pela análise de uma equipe multiprofissional, considerando os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo para o desempenho de atividades e como eles restringem a sua participação. São também considerados os fatores socioambientais, condições psicológicas e particulares da pessoa avaliada.

O conceito de *barreira* presente neste Estatuto (Brasil, 2016) engloba qualquer entrave que limite ou impeça a participação social da pessoa, sendo classificadas como: urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes; nas comunicações e na informação; atitudinais e tecnológicas. Deste modo, para que qualquer iniciativa seja bem-sucedida nos campos da educação e da cultura, ela deve atuar pontualmente na gênese desses entraves, a fim de que seja considerada inclusiva. Destacam-se entre as mais importantes iniciativas educacionais brasileiras aquelas que buscaram manter o ensino mesmo em isolamento social, devido à pandemia, que teve início em março de 2020, que exigiu um o processo de adaptação da educação superior para o ensino emergencial remoto.

Freire, Paiva e Fortes (2020) apontam, segundo os resultados de sua pesquisa, que as IES federais e estaduais brasileiras conduziram atividades de ensino emergencial remoto e apoio a estudantes com deficiência. Os autores afirmam que compreender esta etapa histórica da educação é essencial para o amadurecimento das iniciativas de acessibilidade nas tecnologias e materiais digitais, para o momento do pós-pandemia.

Neste sentido, Leite *et al.* (2020) apresentam a importância da capacitação dos professores em recursos de tecnologia digital e acessibilidade, para lidarem com

a nova realidade educacional brasileira. Apontam ainda a relevância da criação de políticas institucionais voltadas para a análise e atenção aos impactos psicossociais da pandemia na vida do estudante com deficiência visual, contribuindo para a sua permanência no ensino superior.

O modelo ideal de educação inclusiva sugere que as PCDs tenham autonomia diante dos desafios que são inerentes à própria educação superior. Ainda propõe que sejam corresponsáveis pelo seu desenvolvimento acadêmico e profissional. No entanto, as instituições de ensino superior devem garantir as condições necessárias para que as barreiras relacionadas com a deficiência se tornem inexistentes, restando apenas os desafios que fazem parte da trajetória de todo aluno.

Os alunos devem participar de aulas com procedimentos metodológicos universais, com materiais didáticos e de estudo que atendam às características dos diversos tipos de deficiências. Neste sentido, faz-se necessário que o professor esteja apto à realização de aulas que atendam não apenas aos requisitos de qualidade dos conteúdos programáticos, mas também às exigências metodológicas de ensino. As tecnologias assistivas correspondem apenas a uma pequena parte da trajetória de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas, em especial dos alunos com deficiência.

Existem diversos tipos de causas e quadros relacionados com a cegueira e a baixa visão, bem como diversos tipos de processos e adaptações das pessoas a estas condições da deficiência. Neste sentido, nem todos os que tem limitações e impedimentos na visão utilizam o Braille para a leitura de textos. Do mesmo modo, nem todos os textos, principalmente os acadêmicos, foram convertidos em braile para atender aos estudantes com necessidades educacionais específicas. Apesar deste cenário, as instituições de ensino superior devem disponibilizar meios para a impressão de textos em braile.

Existem diferenças entre a qualidade da leitura de textos convertidos em Braille e a qualidade daquela realizada a partir de leitores e softwares de leitura de tela. O

uso do Braille costuma apresentar resultados superiores em relação à compreensão de textos. De acordo com Souza:

“É tão significativa a revolução que o relevo braile promoveu na vida dos indivíduos cegos que os sulcos abertos na cultura por essas linhas regulares de pontos geometrizados criaram espécies de caminhos novos para um modo de tocar o conhecimento com as mãos. Aproveitando-se da plasticidade e grande capacidade de renovação do cérebro, essa plataforma semiótico-comunicativa criou um insuspeitado diálogo entre a mão e o aparelho neurossensório-motor do indivíduo cego, cunhando uma gramática singular que só cresce e se amplia a partir dos novos insumos, usos e práticas postos à disposição dos homens”. Souza (2014, p. 102).

No entanto, no contexto da educação de cegos no Brasil, tem-se que existe ainda a necessidade da conversão de inúmeras publicações científicas, em especial a transcrição dos principais textos acadêmicos. Além disso, anualmente são publicados milhares de novos artigos científicos na vasta rede de revistas acadêmicas, sendo este material comumente utilizado pelos docentes.

Portanto, a educação inclusiva demanda o estudo de cada caso específico, devendo o docente estar habilitado para lidar com esta diversidade de situações e apto a elaborar o seu plano de ensino individual, a partir do recebimento de um relatório com as informações sobre cada estudante com deficiência, antes do início do semestre. Pode ainda, a partir de suas próprias observações, elaborar a avaliação das necessidades específicas dos estudantes com deficiência e, apenas depois, o seu plano individual. Em muitas das vezes é necessário adaptar o programa da disciplina, de modo que se torne universal, a partir da utilização de materiais de ensino e procedimentos metodológicos que atenda a todos.

No entanto, a desconstrução das barreiras do ensino vai além dos aspectos meramente informacionais e pedagógicos, e está diretamente vinculada ao comportamento das pessoas sem deficiências diante das PCDs. A competência para lidar com o acolhimento da diversidade nas organizações e sociedade precisa ser desenvolvida em todos os alunos e esta ação tem potencial para minimizar ou

desconstruir as barreiras atitudinais na sociedade. Essa competência refere-se aos conteúdos sobre a deficiência e inclusão e às habilidades sociais e emocionais, devendo ser abordada de modo transdisciplinar.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Rocha (2006) afirma que existe um crescente movimento das pesquisas participativas, entre elas a pesquisa-intervenção, que aborda as relações entre o investigador e o que é investigado, entre sujeito e objeto, teoria e prática, com o intuito de se estabelecer suporte para uma observação e compreensão mais efetiva do cotidiano das culturas, grupos e organizações populares, com seus limites e possibilidades.

A pesquisa-intervenção extensionista foi a abordagem metodológica proposta para a condução do projeto de extensão com ledores, em que as ações de pesquisa, ensino e extensão apresentam-se como dimensões indissociáveis da educação, em que teoria e prática compõem partes de um único propósito de compreensão e desenvolvimento dos estudantes e da sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No âmbito da UNIRIO, foram implementadas no período emergencial remoto, políticas institucionais de ações estratégicas para a oferta de tecnologias digitais e equipamentos aos estudantes em vulnerabilidade social, além de medidas de atenção socioemocional. Na esfera do acesso às informações da pessoa com deficiência – PCD, o núcleo de acessibilidade intensificou a oferta de suporte na adaptação de materiais acadêmicos.

O projeto de extensão contou, além da coordenação, com a participação de quatro estudantes no ano de 2020, sendo eles dos cursos de Biblioteconomia (02); Serviço Social (01); e Pedagogia (01). Contou com a presença de cinco estudantes em 2021 dos cursos de Administração Pública (01), Biblioteconomia (01), Biomedicina

(01), História (02), e Sistemas de Informações (01). O projeto contou ainda com dois colaboradores voluntários (uma docente e um aluno), dois (02) bolsistas de extensão e sete (07) bolsistas do Programa de Atenção Estudantil – PRAE.

Durante todo o período foram realizados encontros remotos de trabalho, pela plataforma Google Meet. No primeiro ano (2020), o objetivo geral abrangeu a inclusão da PCD no ensino superior, com a adaptação dos mecanismos de atuação no novo contexto, considerando as dimensões da capacitação, da atenção e da divulgação.

No âmbito da capacitação, os estudantes colaboradores do projeto foram estimulados a participar de cursos e eventos remotos sobre as temáticas da inclusão de pessoas com deficiência (História da educação de pessoas com deficiência; Políticas Públicas e institucionais de inclusão; Acessibilidade na educação e na cultura; Audiodescrição; e Aspectos biopsicossociais da deficiência visual). Realizaram estudos dirigidos em educação inclusiva e pesquisa bibliográfica sobre aspectos relacionados à inclusão da PCD em suas áreas profissionais. Realizaram sessão remota de cinema para teste de plataforma, além do aprendizado de aspectos da audiodescrição de filmes e da acessibilidade educacional e cultural.

Para a atividade específica do ledor, foram oferecidas orientações e informações disponibilizadas nos grupos de comunicação e nas reuniões de trabalho sobre as características da leitura e a audiodescrição, bem como o tipo de suporte mais adequado à gravação e à leitura remota.

Com relação à atenção, os alunos ofereceram suporte com leituras remotas ou gravadas aos colegas com deficiências visuais, além de auxílio para suas necessidades específicas de estudo.

Na esfera da divulgação, houve a elaboração de plano de criação de protocolo de leitura especializada; realização de roda de conversa; desenvolvimento de série de entrevistas com especialistas (direito, mercado de trabalho, acessibilidade educacional e cultural) nas áreas da inclusão da PCD; e elaboração de relatórios de estudo e trabalho, com vistas à publicação de artigo acadêmico.

Neste período, por conta da COVID-19 e outras comorbidades, houve adoecimento de pessoas do projeto e familiares, além de luto por parentes e amigos, servindo o projeto de meio de apoio emocional e superação da dor. Apesar das dificuldades, a equipe do projeto realizou seus objetivos. Com relação à capacitação, houve muitas oportunidades de aprendizado remoto, em função do encurtamento de distâncias geográficas pelas tecnologias digitais. No que se refere à atenção, apenas um estudante fez uso deste suporte oferecido. No entanto, na esfera da divulgação, o projeto conseguiu atingir um número maior de pessoas que assistiram à roda de conversa e à série de entrevistas. E o protocolo para leitura especializada foi iniciado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram grandes os desafios enfrentados, bem como os resultados obtidos no campo da educação universitária. Houve o fortalecimento de antigas competências e o desenvolvimento de novas expertises organizacionais para lidar com as tecnologias digitais e ampliar a abrangência de suas ações, agora numa perspectiva global.

No entanto, existe ainda um vasto caminho de medidas para que a educação, como um todo, garanta pleno acesso de todos às oportunidades que oferece e para que desenvolva novas iniciativas elaboradas dentro de parâmetros universais de acesso.

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos familiares e amigos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2016. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

BRASIL, 2016. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

FREIRE, A. P.; PAIVA, D. M. B. e FORTES, R. P. de M. **Acessibilidade digital durante a pandemia da COVID-19: uma investigação sobre as instituições de ensino superior públicas brasileiras**. Porto Alegre: Revista Brasileira de Informática na Educação, v.28, 2020.

LEITE, L.; SILVA, M. C. R.; SIMÕES, T. M. S.; SILVA, A. C. S. e PEREIRA, M. Impactos da covid-19 na graduação da pessoa com deficiência visual. Bom Jesus da Lapa: **Revista Encantar**: Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, 2020.

ROCHA, M. L. da. Psicologia e as Práticas Institucionais: A Pesquisa-Intervenção em Movimento. **Revista PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 169-74, maio-agosto de 2006.

SOUZA, Joanna Belarmino de. O Sistema Braille 200 Anos Depois: Apontamentos Sobre sua Longevidade na Cultura. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial. p. 92 a 103, novembro de 2014.

Contribuições dos autores

1 – Luciana Silva Torres Matsushita

Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-1170-4463> e lumatsushita@terra.com.br

Contribuição: Conceituação; Escrita – primeira redação; Análise Formal; Metodologia; Escrita – revisão e edição

2 – Carlos Henrique da Silva Oliveira

Graduando em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-0209-3912> e carlos.oliveira@edu.unirio.br

Contribuição: Conceituação; Escrita – primeira redação; Análise Formal; Metodologia; Escrita – revisão e edição

3 – Cládice Nobile Diniz

Professora de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-0390-094X> • cladice.diniz@unirio.br

Contribuição: Conceituação; Escrita – primeira redação; Análise Formal; Metodologia; Escrita – revisão e edição

4 – Diógenes Pinheiro

Professor de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/6728726335196812> • diogenes.pinheiro@unirio.com.br

Contribuição: Conceituação; Escrita – primeira redação; Análise Formal; Metodologia; Escrita – revisão e edição